



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

ATO INTERNO Nº 1/2023, DE 7 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre o tratamento de demandas recebidas pelos órgãos do Ministério Público de Contas do Distrito Federal e sobre os procedimentos internos e administrativos da Instituição.

Os membros do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instituem o seguinte Ato Interno:

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES**

Art.1º Para os fins deste Ato Interno, consideram-se:

I – órgãos do Ministério Público de Contas: a Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, a Corregedoria do Ministério Público de Contas, a Ouvidoria do Ministério Público de Contas, os Procuradores e o Colégio de Procuradores;

II – Colégio de Procuradores: instância de deliberação do Ministério Público de Contas, integrado por todos os membros da carreira em atividade e presidido pelo Procurador-Geral;

III – procedimento interno (PI): processo autuado, de ofício ou por provocação, para apurar irregularidades potencialmente sujeitas ao controle do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

IV – procedimento administrativo (PA): processo autuado, de ofício ou por provocação, para tratar de matéria de natureza administrativa ou correcional, pedido de informações, edição, alteração e revogação de atos internos, divisão de atribuições entre os órgãos do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

Ministério Público de Contas, estudos, termos e acordos de cooperação e outras de interesse da Instituição;

V – processo de controle externo: processo autuado por unidade do Tribunal de Contas do Distrito Federal para desempenho das competências estabelecidas no art. 1º da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994;

VI – demanda: denúncia, notícia de fato, pedido de apuração, pedido de informações ou qualquer outro pleito;

VII – demandante: pessoa física ou jurídica que apresenta ao Ministério Público de Contas denúncia, notícia de fato, pedido de apuração, pedido de informações ou qualquer outro pleito.

Art. 2º Qualquer pessoa física ou jurídica poderá apresentar demanda ao Ministério Público de Contas, nos termos deste Ato Interno.

Art. 3º As demandas a que se referem o art. 2º poderão ser encaminhadas por escrito ou em mídia digital, pelo sítio do Ministério Público de Contas na *internet*, por e-mail, perante o Protocolo do Tribunal de Contas do Distrito Federal ou perante órgão do Ministério Público de Contas, pessoalmente ou por via postal.

§ 1º Apresentada pessoal e oralmente, a demanda será reduzida a termo em meio digital.

§ 2º Apresentada em meio físico, a demanda será remetida à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, para digitalização.

§ 3º A identificação do demandante é facultativa, cabendo aos servidores e membros do Ministério Público de Contas adotar as medidas necessárias para resguardar a identidade do demandante, caso este opte pelo anonimato.

§ 4º Identificando-se o demandante, incumbe ao órgão do Ministério Público de Contas que instruir a demanda comunicar-lhe o desfecho de sua manifestação; caso a demanda tenha ingressado no Ministério Público de Contas por intermédio de sua Ouvidoria, incumbe a esta a comunicação.

Art. 4º Tratando-se de demanda apresentada perante a Ouvidoria do Ministério Público de Contas, o Procurador-Ouvidor procederá a exame de admissibilidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

§ 1º A demanda poderá não ser admitida pelo Procurador-Ouvidor, por despacho fundamentado, quando manifestamente:

I – não for redigida em língua portuguesa;

II – não for inteligível;

III – não conter elementos mínimos que viabilizem a apuração;

IV – versar sobre matéria alheia à competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

§ 2º No caso de inadmissão da demanda, o Procurador-Ouvidor disso dará ciência ao procurador vinculado.

§ 3º Divergindo da decisão de inadmissibilidade, o procurador vinculado poderá adotar, de ofício, as providências instrutórias que reputar pertinentes.

§ 4º Em qualquer caso, tendo o demandante se identificado, poderá o Procurador-Ouvidor, a seu critério, solicitar-lhe a apresentação de novos elementos de fato ou documentos antes de deliberar sobre a admissibilidade da demanda.

§ 5º No caso do inciso IV do § 1º do *caput*, sendo possível identificar o órgão competente, a este poderá encaminhá-la o Procurador-Ouvidor.

Art. 5º As demandas a que se referem o art. 2º, inclusive as admitidas pelo Procurador-Ouvidor, serão encaminhadas ao órgão competente do Ministério Público de Contas, conforme divisão de atribuições estabelecida em atos internos.

§ 1º Tratando-se de denúncia ou pedido de apuração, o órgão competente do Ministério Público de Contas poderá, mediante despacho fundamentado:

I – juntá-lo a procedimento interno previamente autuado, quando versarem sobre matéria conexa, para apuração conjunta;

II – encaminhar cópia ao jurisdicionado ou a outro órgão de controle, para as providências pertinentes, arquivando a demanda, quando entender tratar-se de medida suficiente ou versar sobre matéria alheia às competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

III – encaminhar cópia ao Procurador vinculado, à Secretaria-Geral de Controle Externo, à Presidência do Tribunal ou ao Conselheiro Relator, arquivando a demanda, quando



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

verificada a pré-existência de processo de controle externo versando sobre matéria idêntica ou conexa;

IV – declarar-se impedido ou suspeito, nos termos dos artigos 144 e 145 do Código de Processo Civil, e remeter a demanda à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, para sorteio e encaminhamento a novo Procurador vinculado;

V – restituir a demanda, para redistribuição, caso entenda não ser vinculado à matéria; ou

VI – arquivar a demanda sem adoção de providências; ou

VII – remeter o feito à Procuradoria-Geral, para autuação de procedimento;

§ 2º Nos casos previstos nos incisos I a III, VI e VII, sendo a demanda oriunda da Ouvidoria do Ministério Público de Contas, o órgão competente dará ciência das providências adotadas àquele órgão, para fins de registro e comunicação ao demandante, se identificado.

§ 3º Reputam-se conexos os procedimentos e demandas que tiverem objeto idêntico ou versarem sobre matérias cuja relação de pertinência permita concluir que devam ser apuradas de forma conjunta.

§ 4º Tratando-se de pedido de informações, o órgão competente do Ministério Público de Contas responderá à demanda na forma dos artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º Tratando-se de demanda que cumule denúncias ou pedidos de responsabilidade de órgãos distintos do Ministério Público de Contas que, por inconveniência instrutória, não devam ser apurados conjuntamente, o órgão que primeiro tomar conhecimento cientificará aos demais, para fins de divisão e tratamento individualizado.

§ 6º Em caso de conflito negativo de atribuições, o Procurador que por último declinar fundamentará sua discordância por despacho e remeterá o procedimento interno à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, que o distribuirá à Procuradoria não envolvida no conflito, para elaboração de parecer e deliberação pelo Colégio de Procuradores, no prazo de 30 (trinta) dias.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

§ 7º Em caso de conflito positivo de atribuições, o Procurador ao qual não tiver sido distribuído o procedimento interno suscitará o conflito por petição simples e a remeterá ao Procurador originalmente vinculado, que poderá, por despacho, reconhecer a vinculação ao primeiro ou fundamentar sua discordância, adotando-se a seguir as medidas previstas no § 6º deste artigo.

§ 8º O procedimento administrativo será autuado, de ofício ou por provocação, pela Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas e será distribuído:

I – ao Procurador vinculado à matéria, quando houver;

II – por sorteio, nas demais matérias de interesse da Instituição.

§ 9º O procurador vinculado poderá, ainda, em seu juízo de admissibilidade, arquivar o feito de plano, por reputar seu impacto econômico-financeiro não excedente ao valor de alçada referido no art. 9º, §2º, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 1994.

§ 10 Na hipótese do parágrafo anterior, o procurador vinculado, atento à relevância e gravidade do fato noticiado, poderá, ainda assim, proceder à apuração da denúncia.

§ 11 Em qualquer caso, sempre que concluir pela baixa materialidade do fato denunciado, o procurador vinculado, caso verifique presentes indícios de materialidade e autoria, reportará o seu teor à instância administrativa competente.

Art. 6º Os órgãos do Ministério Público de Contas poderão requerer à Procuradoria-Geral, de ofício, a autuação de procedimento interno para apuração de matéria determinada, observada a divisão de atribuições estabelecida no Ato Normativo nº 2/2015.

Art. 7º Mediante despacho fundamentado, poderá o Procurador vinculado determinar a apensação de procedimentos internos que versem sobre matérias conexas.

§ 1º Entendendo ser necessária a apensação a procedimento interno vinculado a outro órgão do Ministério Público de Contas, o Procurador exarará despacho fundamentado e remeterá os autos àquele, para análise e decisão.

§ 2º Em caso de divergência, aplica-se o disposto no § 6º do art. 5º deste Ato Interno.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

**CAPÍTULO II
DA AUTUAÇÃO DO PROCEDIMENTO INTERNO E DA JUNTADA DE
DOCUMENTOS**

Art. 8º A autuação dos procedimentos internos e administrativos será realizada pela Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento do requerimento do órgão competente.

Parágrafo único. No caso de procedimentos internos autuados a partir de demanda recebida pela Ouvidoria do Ministério Público de Contas, a Procuradoria-Geral a esta cientificará da autuação, para fins de registro e comunicação ao denunciante, se identificado.

Art. 9º Autuado o procedimento interno ou administrativo, juntar-se-ão aos autos, nesta ordem:

- I – termo de autuação;
- II – documentação encaminhada pelo demandante, quando houver;
- III – requerimento de autuação do procedimento interno; e
- IV – despacho de distribuição para o órgão competente do Ministério Público de Contas.

Art. 10. Documentos recebidos em meio físico após a autuação do procedimento interno serão digitalizados e juntados como peça informativa.

Parágrafo único. Não sendo possível a juntada de documento em função do tamanho, do formato ou de outra limitação de ordem técnica, dever-se-á:

- I – associar o documento, juntando-se aos autos, como peça informativa; ou
- II – salvar o documento em pasta digital do órgão competente do Ministério Público, juntando-se aos autos, como peça processual, certidão informando tal providência.

Art. 11. A inclusão de documentos no procedimento interno observará a ordem cronológica de cadastramento, recebimento ou protocolo.

Art. 12. Juntar-se-ão ao procedimento interno os expedientes e os documentos de análise e decisão produzidos pelo órgão competente do Ministério Público de Contas, bem como os



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

documentos encaminhados por terceiros, circunstanciando-se sua origem e demais informações indispensáveis à observância do devido processo legal.

**CAPÍTULO III
DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO**

Art. 13. Os autos de procedimento interno serão arquivados monocraticamente por despacho fundamentado do Procurador vinculado, disso dando-se ciência ao Colégio de Procuradores, no qual se consignará:

- I – ter o procedimento interno resultado no oferecimento de representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal ou no encaminhamento do material coligido a outro órgão de controle, incluídos os serviços auxiliares do Tribunal;
- II – versar o procedimento interno sobre matéria que constitui objeto de processo de controle externo;
- III – versar o procedimento interno sobre matéria alheia às competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- IV – inexistirem indícios de irregularidade suficientes para o oferecimento de representação, tendo-se exaurido os meios de obtenção de elementos para tal finalidade;
- V – não dispor a matéria de relevância social ou materialidade que justifiquem o prosseguimento do procedimento interno e eventual oferecimento de representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou
- VI – outro motivo devidamente justificado.

§ 1º O Procurador vinculado dará ciência à Ouvidoria do arquivamento do procedimento interno, nos casos em que este houver sido autuado a partir de demanda por esta recebida.

§ 2º Do despacho de arquivamento cabe recurso, a ser interposto pelo denunciante ou por seu representante legal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão.

§ 3º No prazo de 30 (trinta) dias, o recurso será levado ao Colégio de Procuradores pelo Procurador vinculado, na qualidade de relator, para deliberação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

§ 4º Deliberando o Colégio de Procuradores pelo não provimento do recurso, o Procurador vinculado fará juntar ata da reunião ou equivalente, remeterá cópia desta ao recorrente e arquivará definitivamente o procedimento interno.

§ 5º Deliberando o Colégio de Procuradores pelo provimento do recurso e mantendo o Procurador vinculado seu posicionamento pelo arquivamento, distribuir-se-á o procedimento interno ao Procurador que primeiro houver dissentido.

§ 6º Em qualquer caso, por requerimento fundamentado de membro do Colégio de Procuradores, apoiado por maioria, qualquer procedimento poderá ser desarquivado a qualquer tempo, observando-se o disposto no § 5º para fins de definição de atribuição e reinstrução.

Art. 14. Os procedimentos internos poderão ser desarquivados por despacho motivado do Procurador vinculado.

§ 1º Para fins de novo arquivamento, aplica-se o disposto no art. 13, caso o procedimento interno tenha sido desarquivado em razão do ingresso de novos documentos conexos à matéria versada nos autos.

§ 2º Os procedimentos internos serão arquivados ou desarquivados diretamente junto ao gabinete do Procurador vinculado.

**CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE E DA RESTRIÇÃO DE ACESSO A DOCUMENTOS E
PROCESSOS**

Art. 15. Ao requerer a autuação de procedimento interno ou administrativo, o órgão competente do Ministério Público de Contas consignará eventual necessidade de classificação dos autos ou de determinado documento como sigiloso.

§ 1º A classificação do procedimento interno ou administrativo como sigiloso deve ser excepcional e acompanhada da respectiva justificativa por parte do requerente, que deverá ser tornada pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

§ 2º Os procedimentos internos ou administrativos que contenham a identificação do demandante velarão por sua anonimização, se recomendável por razões prudenciais.

§ 3º Caso recebida denúncia anônima em que o demandante inclua inadvertidamente informações que permitam sua identificação, estas poderão ser tarjadas antes da remessa ao órgão competente.

Art. 16. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá pedir vista ou cópia de documento ou procedimento interno ou administrativo não sigiloso, mediante solicitação ao procurador vinculado, que sobre isso deliberará e, caso defira tal pretensão, franqueará o acesso demandado.

§ 1º O pedido de vista ou cópia só será indeferido por decisão fundamentada e nas hipóteses de restrição de acesso previstas neste Ato Interno e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 2º O requerente deverá arcar com eventuais custos decorrentes do fornecimento de cópias.

Art. 17. Terão sua publicidade restringida, total ou parcialmente, os documentos ou procedimentos:

- I – cuja publicidade possa comprometer a segurança da sociedade e do Estado;
- II – cuja publicidade possa comprometer ou frustrar apurações e ações do Ministério Público de Contas;
- III – que contenham informação pessoal, entendida como aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável que diga respeito a sua intimidade, vida privada, honra ou imagem;
- IV – oriundos de fonte externa ao Ministério Público de Contas que tenham sua publicidade restringida por força de lei;
- V – que contenham identificação do denunciante, até que o órgão competente do Ministério Público de Contas conclua a apuração decorrente da demanda, se recomendável.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

§ 1º Incumbe aos órgãos do Ministério Público de Contas e respectivos membros e servidores resguardar o sigilo das informações assim classificadas.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos I a V deste artigo, os documentos, se necessário, poderão ser cadastrados no e-TCDF como restritos.

Art. 18. O compartilhamento de documento ou procedimento sigiloso poderá ser realizado nos casos de:

I – decisão judicial ou controladora que o ordene; e

II – solicitação de órgão de controle com o qual o Ministério Público de Contas tenha firmado termo de cooperação ou instrumento congênere;

III – solicitação de órgão ou entidade da Administração Pública com o qual o Ministério Público de Contas não tenha firmado termo de cooperação ou instrumento congênere, dependendo, neste caso, de despacho fundamentado do Procurador vinculado ou, em sua ausência, do Procurador-Geral.

Art. 19. Sempre que documento sigiloso constante de procedimento interno ou administrativo for útil à instrução de processo de controle externo ou ao oferecimento de representação, este deverá ser clonado no e-TCDF, mantida a sua classificação para fins de juntada a outros autos.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colégio de Procuradores, em reunião convocada por qualquer de seus membros, com antecedência não inferior a 5 (cinco) dias.

Art. 21. Revogam-se a Portaria MPC nº 2, de 13 de setembro de 2010, e demais disposições em contrário.

Art. 22. Este Ato Interno entra em vigor a contar de 7 de junho de 2023, devendo ser publicado no sítio do Ministério Público de Contas do Distrito Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COLÉGIO DE PROCURADORES**

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador

DANILO MORAIS DOS SANTOS

Procurador